

# **MINI GUIA FEMINISTA**

# **ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2019**

**ANÁLISE FEMINISTA DOS PROGRAMAS  
ELEITORAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS  
30.09.2019**



**PLATAFORMA PORTUGUESA  
PARA OS DIREITOS  
DAS MULHERES**

# A PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Tem por fim contribuir para a promoção da igualdade entre as mulheres e os homens e a defesa dos direitos das mulheres, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, designadamente no quadro dos objetivos, da legislação, das recomendações e das orientações pertinentes a nível nacional, internacional e da União Europeia, congregando as organizações membros, na sua diversidade, para a construção de sinergias que, designadamente, permitam e aprofundem a reflexão, o debate, a ação coletiva e a intervenção cívica e social, e criem condições concretas para a participação efetiva e sustentável no processo de decisão política, na definição das políticas públicas e no apoio ao exercício do direito de ação judicial, por ação ou omissão, em matéria de promoção da igualdade entre mulheres e homens e de defesa dos direitos das mulheres, incluindo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

## Objetivos:

- Constituir uma **plataforma de diálogo** e um espaço de intercâmbio de posições e pontos de vista entre as organizações de direitos das mulheres e promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- Refletir sobre **os interesses das mulheres**, promovendo, designadamente, o debate e a discussão sobre a sua situação e problemática;
- Contribuir para o incentivo e desenvolvimento do **associativismo** na área dos direitos humanos das mulheres e promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- Assumir-se como **interlocutora perante os poderes constituídos e reivindicar o direito à consulta** sobre todos os assuntos que respeitem às mulheres portuguesas e em Portugal, e à promoção da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas da vida em sociedade;
- **Colaborar**, por iniciativa própria, ou por solicitação, com órgãos e organismos públicos nacionais, de organizações internacionais e da União Europeia, através da realização de estudos, emissão de pareceres e informações relacionados com problemática e interesses conexos com os direitos das mulheres, promoção da igualdade entre mulheres e homens e **mainstreaming da dimensão da igualdade entre mulheres e homens**;
- Promover o diálogo entre as organizações de direitos humanos das mulheres e que promovem a igualdade entre mulheres e homens.

## O QUE É ESTE GUIA?

Que partidos políticos portugueses concorrem com programas que defendem os direitos humanos das mulheres e promovem a igualdade entre mulheres e homens? Fomos analisar, já que as mulheres, enquanto eleitoras, querem saber para votar de forma informada!

O resultado da nossa análise, a partir de temas que consideramos prioritários, é este mini guia feminista para as eleições legislativas de 2019.

# TEMAS PRIORITÁRIOS

## **ELIMINAR A VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA AS MULHERES E RAPARIGAS**



Desde o assédio sexual de rua à violência nas relações de intimidade, aos femicídios, passando pela violência sexualizada (violação, pornografia, prostituição); consideração do continuum da violência masculina contra as mulheres e raparigas e sua tradução em legislação e em práticas profissionais responsabilizantes das magistraturas; reforço do apoio financeiro às organizações de mulheres que fornecem serviços de apoio a vítimas e sobreviventes de violência masculina, em particular violência sexualizada (violação, prostituição, pornografia). Offline e online!

Combate à pobreza no feminino e às condições desiguais das mulheres no acesso e no usufruto de rendimentos (combate às desigualdades nos salários e pensões). Orçamentos sensíveis ao género – garantir que receitas e despesas públicas promovem o exercício efetivo dos direitos das mulheres e a realização da igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes. Medidas de articulação entre a vida profissional, pessoal e familiar, que promovam o paradigma de mulheres e homens como trabalhadoras e trabalhadores, e cuidadoras e cuidadores.

## **ECONOMIA FEMINISTA**



## **MULHERES NA TOMADA DE DECISÃO**



Aumento da participação das mulheres em lugares de tomada de decisão política e económica, a par da promoção de uma maior consciência feminista das mulheres no poder.

Reforço da sociedade civil feminista organizada.

## **APOIAR AS ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES**



## **EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA**



Educação não sexista e combate aos estereótipos de género – nas escolas, universidades, comunicação social, redes sociais, etc.

# PROGRAMAS ANALISADOS

**(OS PARTIDOS SÃO SEMPRE REFERIDOS POR ORDEM ALFABÉTICA)**

- Bloco de Esquerda
- Centro Democrático Social – Partido Popular
- Coligação Democrática Unitária
- Iniciativa Liberal
- Partido Aliança
- Partido Chega
- Partido Livre
- Partido Social Democrata
- Partido Socialista
- Pessoas – Animais - Natureza

**FORAM ANALISADOS OS PROGRAMAS DE PARTIDOS COM ASSENTO PARLAMENTAR E PROGRAMAS DE PARTIDOS QUE, DE ACORDO COM AS SONDAGENS ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2019, PODERÃO EVENTUALMENTE ELEGER UMA OU UM DEPUTADA/O PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.**

# QUE PARTIDOS SE INTERESSAM PELAS MULHERES?

Em (quase) todos os programas eleitorais, encontramos referências ao que podemos perceber como estando relacionado com a promoção da igualdade entre mulheres e homens, no limite, por via do combate à "violência doméstica" ou à "conciliação entre trabalho e vida familiar e pessoal". Essas referências têm diferentes contornos, encontrando-se as mais explícitas e incisivas nos partidos considerados de esquerda.

Por exemplo, o BE tem um subcapítulo designado "Igualdade de género contra o país patriarcal". A CDU tem um subcapítulo designado "Cumprir os direitos das mulheres - viver, trabalhar, participar em igualdade". O PSD um subcapítulo "Desigualdade de género" e outro "Violência doméstica: prevenção e apoio à vítima". O PS tem um subcapítulo "Igualdade de género e combate às discriminações". O PAN um subcapítulo intitulado "Igualdade de género". O Livre tem um capítulo designado "Igualdade, justiça social e liberdade" com uma medida "promover a igualdade de género em todas as suas intersecções".

Sem qualquer referência explícita encontra-se o CDS - apenas tem um subcapítulo sobre "Conciliar vida profissional com a vida familiar"; o Aliança refere amiúde (4 vezes) que as pessoas estão em primeiro lugar "independentemente da sua origem, condição, raça, etnia, religião, género e orientação sexual"; a Iniciativa Liberal apenas levanta a questão da violência doméstica na seção "Justiça" e o Chega posiciona-se contra a "ideologia de género".

## REFERÊNCIAS DOS PARTIDOS A "MULHER(ES)" E "GÉNERO"

	<b>MULHER(ES)</b>	<b>GÉNERO</b>
<b>BE</b>	<b>41</b>	<b>14</b>
<b>CDS-PP</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
<b>CDU</b>	<b>13</b>	<b>0</b>
<b>IL</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>ALIANÇA</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
<b>CHEGA</b>	<b>1</b>	<b>8</b>
<b>LIVRE</b>	<b>5</b>	<b>17</b>
<b>PSD</b>	<b>15</b>	<b>16</b>
<b>PS</b>	<b>28</b>	<b>25</b>
<b>PAN</b>	<b>36</b>	<b>33</b>

# QUE PARTIDOS CONSIDERAM AS MULHERES COMO METADE DA HUMANIDADE E NÃO UMA ENTRE VÁRIAS MINORIAS?

Frequentemente, as mulheres são tratadas como uma minoria, apesar de serem mais de cinquenta por cento da população portuguesa. Por isso, alguns partidos políticos que apresentam políticas contra a discriminação tendem a colocar vários tipos de desigualdades ao mesmo nível (sexo, orientação sexual, etnia, etc.).

Apesar desta abordagem poder ter em consideração as discriminações múltiplas às quais as mulheres são sujeitas, ela contribui para uma percepção falsa da realidade ao **não reconhecer as mulheres como metade da Humanidade, com interesses e reivindicações transversais**, tais como o combate à violência masculina contra as mulheres e raparigas, à feminização da pobreza e à educação sexista; a promoção da participação paritária na política e na economia, o reconhecimento do valor económico do trabalho de cuidados, preponderantemente assumido pelas mulheres, etc.

Não reconhecem também, na esmagadora maioria, os efeitos para as mulheres da interseccionalidade das discriminações, a saber, que a discriminação das mulheres com base no sexo ou no género estão indissociavelmente ligadas a outros factores que afetam as mulheres, tais como a raça, a origem étnica, a religião ou crença, a saúde, o estado civil, a idade, a classe, a casta, a orientação sexual e a identidade de género. A discriminação com base no sexo ou no género pode afetar as mulheres de alguns grupos num grau ou de uma forma diferente da dos homens (Recomendação Geral CEDAW N.º 28).

Outro problema desta abordagem que é **tende a relegar todas as questões das mulheres para um único domínio** (ex: apenas considera a violência OU a desigualdade salarial OU os estereótipos de género), **sem ter em consideração os impactos diferenciados que todas as políticas públicas, quaisquer que sejam os sectores considerados, têm sobre mulheres e homens, raparigas e rapazes**. Assim sendo, apesar de poder haver referências explícitas às mulheres num determinado caso, todos os restantes domínios assumem uma falsa neutralidade.

Por isso mesmo, parece-nos útil distinguir **cinco grupos** relativos aos programas eleitorais:

**PROGRAMAS QUE CONSIDERAM A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS COMO UMA QUESTÃO TRANSVERSAL A TODOS OS DOMÍNIOS DE POLÍTICA**



**PROGRAMAS QUE PRECONIZAM A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS EM ALGUNS DOMÍNIOS DE POLÍTICA**

**PROGRAMAS QUE COLOCAM AO MESMO NÍVEL A DESIGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E AS DESIGUALDADES VIVIDAS POR VÁRIAS MINORIAS**



**PROGRAMAS QUE SE APRESENTAM COMO NEUTROS EM MATÉRIAS DE GÉNERO E IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**

**PROGRAMAS HOSTIS A TODA E QUALQUER ANÁLISE DE GÉNERO**



# EM QUE CONTEXTOS OS PARTIDOS EMPREGAM OS TERMOS "MULHERES" E "GÉNERO"?



As referências a género aparecem associadas a identidade de género (mais frequente), violência de género, igualdade de género, participação paritária de género.



Muitas referências às famílias - sem qualquer menção às mulheres nas famílias, por exemplo, "quem cuida da família", tornando invisível o facto de a maior parte das atividades do cuidado ainda recaírem sobre as mulheres.



As referências a mulheres surgem de forma transversal em vários domínios políticos.



As referências a mulheres são apenas no contexto da violência doméstica.



As referências a mulheres aparecem numa única estatística - risco de pobreza.



As referências a género surgem associadas à "ideologia de género". A única referência às mulheres é na defesa de uma lei contra a "violência intrafamiliar".



As referências a género aparecem associadas a identidade de género, igualdade de género (mais frequente), violência de género, estereótipos de género, paridade de género.



As referências a género aparecem associadas a violência de género, igualdade de género (mais frequente).



As referências a género aparecem associadas a identidade de género (menos frequente), violência de género, igualdade de género (mais frequente), estereótipos de género, paridade de género.



As referências a género aparecem associadas a expressão de género, igualdade de género (mais frequente), estereótipos de género.

# QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA AS MULHERES?

## TRABALHO

- aumento/atualização do salário mínimo nacional (BE, CDU, Livre, PS, PAN);
- reconhecer e enquadrar o trabalho doméstico e dos cuidados (BE);
- combater a informalidade do trabalho doméstico (PS);
- avaliar a lei atual de combate às desigualdades salariais entre mulheres e homens e corrigir essas desigualdades (PS);
- monitorizar a desigualdade salarial (Livre, PSD);
- combater a segregação profissional (PS).

## ARTICULAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E FAMILIAR

- inclusão das creches (0-3 anos) no ensino público ou aumentar a comparticipação do Estado (BE, PS, PSD);
- alargar os direitos de parentalidade – aumentar a partilha da licença de parentalidade (BE, Livre, PS, PSD);
- “novas” formas de organização do trabalho – teletrabalho, concentração do horário laboral (CDS, Chega, Livre, PS);
- reforço da rede pública de equipamentos sociais de apoio às crianças, jovens e pessoas idosas (BE, CDU, CDS, PS).

## REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM CARGOS DE TOMADA DE DECISÃO

- aumentar o limiar de paridade na política – 50% (BE);
- estabelecer a paridade como regra nos órgãos diretivos (Livre);
- aumentar o limiar de paridade na gestão de empresas (PS, PSD);
- Alargar a lei da paridade a todas as eleições, abrangendo as eleições regionais, nos termos constitucionais e respeitando a reserva de iniciativa das Assembleias Legislativas Regionais (PS).

## DIREITOS E SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

- reforçar a educação sexual nas escolas (BE, PAN);
- parto respeitado – melhor informação e consentimento no parto (BE, PS);
- reforço na saúde sexual e reprodutiva (PAN).

## VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- tornar o crime de violação como crime público (BE);
- reforço do apoio a vítimas de violência doméstica (BE, CDU, Livre, IL, PSD, PS, PAN);
- reforçar a prevenção (IL, Livre, PSD, PS, PAN);
- formação a magistrados e juízes (Livre, PS);
- combate ao sistema da prostituição e apoio às mulheres (CDU; PAN; Livre).

## **ORÇAMENTOS**

- implementar orçamentos sensíveis ao género (PS, PAN).

## **COMBATER OS ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO**

- Combate aos estereótipos de género na educação (PS, PAN);
- Campanhas de sensibilização para a eliminação dos estereótipos de género e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo (Livre);
- Incentivar mecanismos de autorregulação destinados a evitar a disseminação de conteúdos promocionais e publicitários que incorporem estereótipos de género ou que sejam contrários ao princípio da igualdade e da tolerância (PS).

## **RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**

- Dotar os serviços públicos vocacionados para a promoção da igualdade com os recursos financeiros, técnicos e humanos que lhes permitam intervir de forma eficaz na detecção e combate das discriminações, e no cumprimento da legislação (CDU);
- Maior suporte às organizações de mulheres que atuam no domínio da igualdade de género (Livre).

Algumas citações dos programas eleitorais são elucidativas do caminho que os partidos defendem:

## **"Igualdade de género contra o país patriarcal"**

"Quando as mulheres, que são 53% da população, são tratadas como minoria social, o país patriarcal revela-se em todo o seu esplendor. Esse país patriarcal exprime-se cruamente na justiça machista.

Uma sociedade democrática não pode aceitar que os preconceitos moldem as acusações e as sentenças nos tribunais. As profissões e atividades exercidas maioritariamente por mulheres são as mais desvalorizadas salarial e socialmente.

É necessário olhar para o trabalho doméstico e dos cuidados para se perceber a sobrecarga do quotidiano das mulheres."

## **"Conciliar vida profissional com vida familiar"**

"A conciliação entre a vida profissional com a vida familiar é um dos grandes temas das economias modernas, sobretudo à medida que o trabalho deixa de estar centrado em escritórios ou espaços físicos particulares, estando mais desmaterializado.

Há oportunidades a aproveitar, como a melhor regulação do trabalho a partir de casa, e problemas a evitar, nomeadamente a dificuldade em se "desligar" do trabalho após as horas contratualmente estipuladas.

Portugal precisa de modernizar e efetivamente liderar através da sua legislação, abrindo espaço para que as famílias e as empresas possam ajustar, entre si, melhores soluções para a conciliação entre as vidas familiar e profissional."

## **"Cumprir os direitos das mulheres - viver, trabalhar, participar em igualdade"**

PCP-PEV 

"A política que o PCP preconiza, dá combate e previne a exploração laboral, desigualdades, discriminações e violências que atingem as mulheres, assentando na garantia do exercício dos seus direitos, no trabalho, na família, na vida social, política, cultural e desportiva do país.

O PCP defende: Uma nova política para cumprir os direitos das mulheres de forma a efetivar o seu direito a viver, trabalhar e participar em igualdade.

Estimular o reforço da participação social e política das mulheres aos seus mais variados níveis e estimular a mudança de comportamentos e de mentalidades de mulheres e homens, para vencer preconceitos e estereótipos, promovendo a Informação sobre os direitos das mulheres na legislação nos diversos domínios, promovendo a elevação da consciência social de que a igualdade é não só uma justa aspiração das mulheres, mas também condição de progresso e democratização do País."

## **"Educação" CHEGA**

"Fim da disciplina "Género e Cidadania" por ser inconstitucional, uma vez que assenta todo o seu conteúdo nas chamadas questões de género, matéria relevando exclusivamente do foro ideológico pois que consabidamente destituída de qualquer fundamentação científica."

## **"Combate à pobreza, à exclusão social e apoio à deficiência" ALIANÇA**

"Porque primeiro estão as pessoas, de igual modo, também não compactuamos com qualquer tipo de ação/omissão ou fenómeno de exclusão social que possa impender sobre elas, independentemente da sua origem, condição, raça, etnia, religião, género e orientação sexual que impeça, limite ou condicione o seu acesso a direitos básicos essenciais, como a saúde, a educação, a habitação, o emprego e a cultura entre outros."

## **"Combater a violência doméstica"**



"As atuais ações de sensibilização e campanhas relacionadas com a violência doméstica negam a projeção das habituais imagens da "mulher batida", que enfatizam a vitimização da mulher. As novas campanhas de combate ao crime da violência doméstica investem na projeção do empoderamento das mulheres e também no alargamento do conceito de vítimas, de modo a aumentar a consciencialização de que qualquer pessoa pode ser vítima de violência doméstica. É importante investir em campanhas que visem empoderar os cidadãos e encorajar mais mulheres e homens, também como familiares afetados, a denunciar este crime, de modo garantir a sua segurança."

## **"Promover a igualdade de género em todas as suas interseções"**



"Implementando Planos para a Igualdade de Género em todas as instituições do Estado, monitorizados pela Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e apoiadas pela CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; dando maior suporte às organizações de mulheres que atuam no domínio da igualdade de género; estabelecendo um Padrão de Igualdade Salarial, obrigando à remuneração baseada nas qualificações e à publicação dos pagamentos salariais internos para aumentar a transparência; reforçando a representação dos géneros na Administração das empresas e instituições públicas, estabelecendo a paridade como regra nos órgãos diretivos; promovendo a análise da paridade de género na comunicação social pela Entidade Reguladora da Comunicação Social; reforçando o papel dos homens na parentalidade, nomeadamente através do aumento das durações das licenças de paternidade; promovendo campanhas de sensibilização para a eliminação dos estereótipos de género e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo."

## **"Desigualdade de género"**



"De uma maneira geral o problema das desigualdades é identificado pela diferença no acesso e distribuição de recursos e oportunidades por parte de diferentes grupos sociais assentes no género, na limitação física ou na identificação com grupos sexuais, étnicos, religiosos ou culturais. Porém, na base do diferente acesso e distribuição está o que poderemos designar por diferente condição social em que cada um desses grupos se posiciona, através do seu autorreconhecimento ou do reconhecimento da sociedade.

Existem três domínios onde a desigualdade de género constitui um problema para o qual precisamos de adotar e desenvolver políticas públicas que promovam a igualdade e a não discriminação: no trabalho, na política e na família. Sem prejuízo de se avançarem com medidas noutros domínios, estes são para o PSD, os prioritários, justificando mesmo que se avance com: Um Compromisso Nacional, envolvendo partidos políticos e organizações sociais e profissionais, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres. Esse compromisso deverá elencar as metas devidamente datadas e as grandes medidas indispensáveis para as atingir."

## **"Igualdade de género e combate às discriminações"**



"O direito à igualdade e à não discriminação está não apenas amplamente consagrado no plano constitucional e legal, como tem vindo a ser nas últimas décadas objeto de uma crescente densificação e de avanços civilizacionais notáveis.

É necessária uma atuação consistente contra os estereótipos de género, que originam e perpetuam as discriminações e as desigualdades, a fim de produzir mudanças estruturais duradouras que permitam alcançar uma igualdade de facto. Neste sentido, todas as políticas devem ter em conta, de forma transversal, e em todo o seu processo de planeamento, definição, execução, acompanhamento e avaliação, as especificidades das condições, situações e necessidades das mulheres e dos homens."

## **"Igualdade de género"**



"Em Portugal, as mulheres continuam a ser empurradas para a base das hierarquias de trabalho, mesmo quando têm maior qualificação. As mulheres continuam numa situação de maior vulnerabilidade, apresentando valores mais elevados que a população masculina em todos os indicadores.

Promover uma educação não estereotipada, assente nos direitos humanos e fomentadora da reflexividade crítica aos sistemas e modelos económicos e sociais vigentes.

Promover o ensino de educação sexual nas escolas a partir de programas educativos elucidativos sobre o consentimento e a vivência de relações sexuais consentidas, saudáveis e com prazer mútuo para rapazes e raparigas, abrangendo também questões relacionadas com diferentes orientações sexuais."

# QUE CONCEITOS É QUE GERAM MAIS CONFUSÃO?

## “Paridade de género”, “paridade de géneros” e limiar de paridade

É possível entender o que os partidos querem dizer sobre "paridade de género", nomeadamente, uma participação igualitária de ambos os sexos. Contudo, a "paridade de género" ou de "géneros" - provavelmente uma tradução literal do inglês "gender parity" - não é um conceito existente em português. As recomendações do Comité CEDAW a Portugal, por exemplo, referem-se a "50% de representação de ambos os sexos" e não de cada "género".

Por outro lado, a tendência de partidos para "aumentar o limiar de paridade" parece assumir que este limiar é arbitrário, quando na verdade o "limiar de paridade" é um conceito estabelecido pelo Conselho da Europa, que se traduz num patamar mínimo de 40% de representação de cada sexo.

## A confusão entre sexo e género

Segundo a definição da Convenção de Istambul - Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica - género "refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens". Também segundo a Recomendação Geral CEDAW N.º 28 das Nações Unidas, género "remete para as identidades, funções e papéis das mulheres e dos homens, construídos socialmente, bem como para o significado social e cultural que a sociedade atribui a essas diferenças biológicas, dando lugar a relações hierárquicas entre mulheres e homens e a uma distribuição do poder e dos direitos que favorece os homens em detrimento das mulheres", enquanto sexo é definido como as "diferenças biológicas entre os homens e as mulheres".

O género (socialmente construído) e o sexo (biológico) não devem ser utilizados como se fossem o mesmo conceito. Logo, propostas que confundam os dois não são claras e podem ter consequências negativas para os direitos das mulheres e raparigas. Por exemplo, quaisquer medidas que promovam o fim de estatísticas desagregadas por sexo podem resultar na falta de evidências das desigualdades entre os sexos, limitando políticas públicas que pretendam investir nos direitos das mulheres e raparigas e promover a igualdade entre mulheres e homens e impossibilitando a avaliação da sua eficácia. A partir de estatísticas desagregadas por sexo, podemos realizar uma análise de género.

## O bicho-papão da ideologia de género

A chamada "ideologia de género" é uma tática populista que se aproveita das confusões em torno dos conceitos de género e sexo para promover uma ideologia anti-feminista e reaccionária. Ao contrário do que alguns partidos poderão pensar, a igualdade entre mulheres e homens é uma questão de Direitos Humanos, consagrada no Artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, e em tratados ratificados pelo Estado Português e que vigoram na ordem interna. Não é uma "ideologia", mas sim uma condição necessária para sociedades democráticas, que devem respeitar e incluir de igual modo mulheres e homens, raparigas e rapazes.

Faz tanto sentido relegar a igualdade entre mulheres e homens a uma questão ideológica a ser discutida no seio familiar como relegar o conceito de Estado de Direito, democracia ou Direitos Humanos à mesma situação.

# QUE PARTIDOS TÊM LISTAS ENCABEÇADAS POR MULHERES E EM CÍRCULOS ELEITORAIS COM MAIS PROBABILIDADE DE SEREM ELEITAS?

Todos os partidos apresentaram 22 listas. Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Aveiro e Leiria elegem no total 66% das deputadas e deputados.



7 listas  
Incluindo:  
• Lisboa  
• Porto  
• Setúbal



8 listas  
Incluindo:  
• Lisboa  
• Leiria  
• Porto



9 listas  
Incluindo:  
• Braga  
• Leiria  
• Porto



1 lista  
Incluindo:  
• Aveiro



5 listas  
Incluindo:  
• Leiria



9 listas  
Incluindo:  
• Braga



11 listas  
Incluindo:  
• Braga  
• Lisboa  
• Setúbal



7 listas  
Incluindo:  
• Aveiro  
• Leiria  
• Lisboa



8 listas  
Incluindo:  
• Braga  
• Setúbal



9 listas  
Incluindo:  
• Porto  
• Setúbal

# UMA ELEIÇÃO QUE INCLUI MULHERES NA SUA DIVERSIDADE EM LUGARES ELEGÍVEIS: EXEMPLOS



Bárbara Xavier  
Cabeça de lista  
por Viseu



Beatriz Dias  
Terceira posição  
na lista por  
Lisboa



Sandra Cunha  
Segunda posição  
na lista por  
Setúbal



Joacine Katar  
Moreira  
Cabeça de  
lista por  
Lisboa



Ana Sofia Antunes  
Décima-quarta  
posição na lista por  
Lisboa



Romualda Fernandes  
Décima-nona posição  
na lista por Lisboa



Eva Brás Pinho  
Vigésima posição por  
Lisboa



# COMO PODEMOS CRUZAR OS PROGRAMAS COM OS TEMAS PRIORITÁRIOS?

## ELIMINAR A VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA AS MULHERES



Quase todos os programas se referem à violência doméstica, mas nem todos a reconhecem como fazendo parte de um continuum de violência masculina contra as mulheres e raparigas, esquecendo-se de outros tipos de violência de género (sistema da prostituição, violação...).

Partidos que trabalharam mais este tema de forma mais abrangente:



Alguns partidos reconhecem que a igualdade entre mulheres e homens a nível económico não é apenas uma questão de desigualdade salarial, mas também envolve combater a pobreza, melhorar as condições económicas, reconhecer o valor económico do trabalho do cuidado, tradicionalmente desempenhado por mulheres, implementar orçamentos sensíveis ao género, e promover a articulação entre trabalho e vida familiar e pessoal.

## ECONOMIA FEMINISTA



Partidos que trabalharam mais este tema de forma mais abrangente:



## MULHERES NA TOMADA DE DECISÃO



Partidos que trabalharam mais este tema de forma mais abrangente:

A participação das mulheres na vida política e económica é crucial para a igualdade entre mulheres e homens. Apesar disso, foram poucos os partidos que avançaram com propostas concretas.



As organizações que promovem os direitos das mulheres, quer do Estado quer da sociedade civil, estão na linha da frente no combate à violência, aos estereótipos de género e na defesa dos direitos humanos das mulheres e das raparigas. Contudo, não é claro como os partidos - que na sua maioria defendem a igualdade de género - planeiam apoiar estas organizações.

## APOIAR AS ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES



Partidos que trabalharam mais este tema de forma mais abrangente:

## EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA



Partidos que trabalharam mais este tema de forma mais abrangente:



Educar raparigas e rapazes, homens e mulheres, sobre a igualdade é a melhor forma de prevenção contra a violência e a de incentivar raparigas e mulheres a participarem ativamente a nível político e económico, e de homens e rapazes participarem na esfera do cuidado. Vários partidos mencionaram propostas para uma educação não sexista, mas outros não reconhecem a sua importância.



## Programas Eleitorais:

- Bloco de Esquerda  
<https://programa2019.bloco.org/>
- Centro Democrático Social – Partido Popular  
<https://fazsentido.cds.pt/index.html>
- Coligação Democrática Unitária  
<https://www.cdu.pt/2019/programa-eleitoral-do-pcp>
- Iniciativa Liberal  
<https://iniciativoliberal.pt/descomplicarportugal/manifesto/>
- Partido Aliança  
<https://partidoalianca.pt/wp-content/uploads/2019/09/PROGRAMA-FINAL.pdf>
- Partido Chega  
<https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>
- Partido Livre  
<https://programa.partidolivre.pt/>
- Partido Social Democrata  
[https://www.psd.pt/wp-content/uploads/2019/09/programa-eleitoral\\_web.pdf](https://www.psd.pt/wp-content/uploads/2019/09/programa-eleitoral_web.pdf)
- Partido Socialista  
<https://todosdecidem.ps.pt/>
- Pessoas – Animais - Natureza  
<https://www.pan.com.pt/eleicoes/eleicoes-legislativas-2019/programa-eleitoral/>

## Lista de candidatas e candidatos à Assembleia da República

Eleições Legislativas 2019

<https://www.legislativas2019.mai.gov.pt/candidatos.html>

## Artigo sobre círculos eleitorais que elegem mais deputadas e deputados

Visão, "Seis círculos eleitorais elegem 66% do Parlamento"  
<http://visao.sapo.pt/atualidade/legislativas-2019/2019-09-27-Seis-circulos-eleitorais-elegem-66-do-Parlamento>

## Instrumentos jurídicos referidos

### Conselho da Europa

- **Recomendação Rec (2003) 3 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão política e pública**  
<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900001680591601>
- **Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica**  
[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1878&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis)

### Nações Unidas

- **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**  
<https://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>
- **Recomendação Geral N.º 28: Obrigações fundamentais dos Estados Partes decorrentes do artigo 2 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**  
<https://drive.google.com/file/d/1bZY12oZUh2o39dG6qIL0Ycmn4kWXS-ymGQ09DwhjFW4/view>

### República Portuguesa

- **Constituição da República Portuguesa**  
<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>

[www.plataformamulheres.org.pt](http://www.plataformamulheres.org.pt)



@PlatMulheres



Plataforma Portuguesa para os  
Direitos das Mulheres



/plataforma.direitos.mulheres/



@plataformamulheres



plataforma@plataformamulheres.org.pt



+351 21 362 60 49



plataforma-direitos-mulheres

**Centro Maria Alzira Lemos  
Casa das Associações**

Parque Infantil do Alvito, Estrada do  
Alvito, Monsanto.  
1300-054 Lisboa